

Extensão Universitária e a Construção de uma Polícia Cidadã e Democrática

Área Temática de Direitos Humanos

Resumo

A inserção da Universidade Pública em esferas de defesa da cidadania, como Conselhos de Direitos Humanos através da Comissão de Direitos Humanos e da Coordenação de Ação Comunitária, tem demonstrado a função Cidadã da Extensão Universitária. São ações de caráter multi e interdisciplinar, intersetorias e públicas, que vêm contribuindo, para a formação de uma cultura democrática e de promoção dos direitos humanos. São vários os recursos metodológicos utilizados ao longo do trabalho, desde ações de assessoria a realização de eventos na área de segurança, a realização de diagnóstico sobre a violência no bairro e na escola, a implementação de programas de capacitação em direitos humanos, segurança e justiça; alterando processos pedagógicos, ampliando as alternativas de ações preventivas junto a comunidades, inserindo o tema dos direitos humanos nos processos de formação e capacitação de profissionais e educadores em direitos humanos. Deste trabalho a UFPB tem contribuído com a implementação do PNDH na área da Segurança, fortalecendo o conselho de direitos humanos, formando os agentes do Estado para a implementação de uma segurança cidadã e democrática, promovendo o debate com a sociedade nas questões sociais e de direitos humanos, agindo como órgãos promotor de uma cultura democrática. A mudança e a consolidação do processo democrático implica em novos paradigmas no campo da política de segurança.

Autoria

Maria de Nazaré Tavares Zenaide, Professora do Departamento de Serviço Social, membro da Comissão de Direitos Humanos e Coordenadora de Ação Comunitária.

Instituição

Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Palavras-chave: democracia; direitos humanos; extensão

Introdução e objetivo

Vários são os caminhos de construção e de resistências ao abordar a necessidade de uma Política Nacional de Segurança Pública Cidadã. Os diferentes olhares e práticas construídos na relação entre Estado e Sociedade ao longo da história tem gerado imagens, modelos de ações, modos de interação e de legitimação e ações públicas distintas. Entretanto, à medida que a violência social expande-se nos territórios, nas redes intra e interinstitucionais, nos segmentos sociais, o tema da segurança e da proteção passa a entrar na agenda social e governamental não mais como uma questão social pontual, mas como uma prioridade nacional.

O olhar vertical de que a violência tinha no mundo da pobreza, sua única morada, foi desmistificado. Com a democratização da sociedade foi possível expandir as lentes e conhecer como a violência entranhou as instituições, os espaços privados e públicos.

Não é mais o medo do pobre que amedronta, o medo é estendido a todos os segmentos sociais e instituições, gerando uma sensação de insegurança e onipotência generalizada. A visibilidade em torno da violência, não é apenas negativa pelo fato de produzir uma ampliação da percepção real da violência. A visibilidade das violências presentes na sociedade trouxe

um novo olhar, pois retirou da cena principal a polícia e o pobre e colocou todos no banco dos réus.

Por outro lado, o modo como as diferentes formas de violência vão sendo desmascaradas e denunciadas (a corrupção e a impunidade no uso ilegal dos recursos públicos, o tráfico globalizado de diferentes mercadorias, das drogas às armas, a violência no interior da família, nos presídios e no parlamento) vai fazendo com que a violência se apresente como uma questão social e coletiva.

O momento atual é, portanto um tempo em que a sociedade civil e política começa a discutir segurança pública como uma questão de cidadania coletiva.

Enquanto política pública de responsabilidade dos Estados, a Segurança Pública vinha lentamente sendo reclamada como direitos sociais e como responsabilidade do Estado. Com o aumento da violência e da criminalidade produziu-se um novo mercado, o mercado da segurança privada. A venda da insegurança é, portanto, uma nova mercadoria a ser explorada, haja visto, o número de empresas privadas que se ampliam em todos os Estados. No contexto democrático é relevante pois que a segurança pública seja garantida como um direito de cidadania coletiva. A avaliação crítica à atuação tradicional do Estado no campo da segurança nos padrões do modelo repressivo deve ser avaliada socialmente. Entretanto, criticar apenas o serviço público sem dele participar, poderá ser uma estratégia favorável à privatização da segurança pública.

Na Paraíba a preocupação com a Segurança Pública Cidadã pelos órgãos de Direitos Humanos remota ao período quando foi criado através de Decreto Lei 5551 de 14 de Janeiro de 1992, o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão – CEDDHC.

À aproximação dos Direitos Humanos como instituição com a Polícia na Paraíba surgiu da institucionalização de um órgão de defesa – o Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão - quando então, policiais e militantes de direitos humanos congregaram-se num mesmo espaço institucional, na tentativa de dialogarem e agirem em causa do fortalecimento da democracia, do Estado Democrático de Direito, a promoção e a defesa dos Direitos Humanos.

Espínola ressalta como a Constituição Federal de 1998 favoreceu a criação e a atuação de órgãos de natureza plurirepresentativa para fiscalizar as políticas públicas. (ESPÍNOLA apud LYRA, 1996. Lyra por sua vez, destaca o caráter inovador introduzido na Constituição Federal referente a “participação direta e pessoal da cidadania nos atos de governo”, reafirmada na Constituição do Estado da Paraíba.

Enquanto órgão de promoção e defesa dos Direitos Humanos no Estado da Paraíba, o CEDDHC congrega enquanto órgãos públicos na área da Segurança e Cidadania: a Secretaria da Segurança Pública, a Polícia Militar, a Secretaria da Cidadania e Justiça, o Ministério Público Estadual, o Ministério Público Federal, a Defensoria Geral, a Corregedoria Geral de Justiça.

Por outro lado, o CEDDHC congrega além das ONG's, instituições formadoras, como a UFPB e a UEPB. A UFPB desde a criação do CEDDHC tem sido uma parceira permanente do conselho, tanto porque seus presidentes foram todos professores universitários, como essa relação proporcionou uma atuação dinâmica no tocante à Educação para a Cidadania, através das ações em Extensão Universitária.

Ao longo dos anos de 1992 a 2002, a atuação da UFPB e do CEDDHC na área da Educação em Direitos Humanos com os atores da Segurança Pública, vem se constituindo em algo permanente e progressivo, seja pela inserção efetiva de professores e técnicos da Comissão de Direitos Humanos e pelo apoio concreto da Coordenação de Programas de Ação Comunitária através das ações de extensão universitária.

Relatórios, boletins informativos, revistas e livros lançados pelo CEDDHC descrevem e comprovam a significativa parceria da Universidade Federal da Paraíba – UFPB, no

fortalecimento do conselho e de sua relação no campo da educação com os órgãos da área da segurança e da justiça e com a produção do conhecimento na área dos Direitos Humanos. Ao longo dessa trajetória somaram-se: orientação de monografias, cursos de extensão, em direitos humanos, apoio a cursos de especialização em gestão de segurança, cursos de gestão em policiamento comunitário, assessoria a programas de polícia comunitária, cursos de extensão a polícia protetora dos direitos humanos, livros, relatórios, seminários sobre polícia comunitária, vistorias técnicas, pesquisas, oficinas, programa paz nas escolas e no bairro, participação de policiais em curso de especialização em direitos humanos, convênios e prestação de serviços à comunidade, além das medalhas, diplomas de reconhecimento do trabalho da Universidade Pública.

A relação polícia e direitos humanos na Paraíba se insere, portanto, no contexto da consolidação do processo democrático, com a criação do CEDDHC e neste, da atuação da UFPB através das ações de Extensão Universitária.

Caminhos de uma Política em Direitos Humanos com a área da Segurança Pública

A natureza plural e democrática do CEDDHC oportunizou a convivência entre representantes da sociedade civil e do poder público. Conviver com a polícia com objetivos comuns de

Promover o respeito aos direitos do homem e do cidadão, empreender esforços através do ensino, da pesquisa e da educação e da orientação na formulação de políticas públicas, para assegurar o reconhecimento e observância efetiva e seus direitos e garantias; adotar medidas administrativas e judiciais que conduzam à sua defesa e proteção. (Lei de criação do CEDDHC, 1992)

Vale destacar, que em todas as direções do CEDDHC, de 1992 a 2002, a Polícia Militar esteve na composição da diretoria do CEDDHC no cargo de tesouraria e até da vice-presidência. Este lugar no processo de direção do conselho oportunizou a construção de uma relação dialógica entre Direitos Humanos e Polícia Militar.

Outro dado também a levantar, é que o CEDDHC desde seu nascedouro estabeleceu uma ligação com a pasta da Segurança Pública. Em 1992 quando esteve à frente da pasta o Juiz Marcus Benjamim, este aceitou a vinculação da movimentação financeira do CEDDHC à Secretaria da Segurança Pública. Embora tenha essa vinculação funcional, o CEDDHC conquistou o exercício de sua autonomia política, seja quanto a escolha e eleição dos seus dirigentes através do voto de seus pares indicados por seus órgãos, seja no planejamento e execução de suas ações, na execução de convênios e administração dos recursos financeiros liberados em rubrica própria no quadro financeiro da Secretaria da Segurança Pública. Segundo Lyra (ibid, p. 25) o CEDDHC e o CONDEPE de São Paulo, foram os únicos conselhos de defesa que funcional de forma independente, para fiscalizar e monitorar a gestão pública no tocante aos direitos humanos e os direitos de cidadania.

Apesar do vínculo financeiro, a Secretaria da Segurança Pública em nenhuma das gestões exerceu interferência diretamente nas decisões políticas do CEDDHC. Por outro lado, a vinculação financeira atrelada a pasta governamental, na prática, tem encontrado barreiras quanto a regularidade nas liberações dos recursos orçamentários.

A vinculação da Polícia Militar na tesouraria (1992 – 2002) e na vice-presidência (gestão 1996-98) tem possibilitado de um lado, o diálogo com a Secretaria da Segurança Pública, por outro lado, tem aberto o diálogo com o Centro de Ensino da Polícia Militar e com a UFPB, constituindo-se numa interlocutora e parceira permanente no campo da educação para os direitos humanos. No aspecto político-social, a vinculação dos órgãos de segurança ao CEDDHC tem possibilitado ainda, em processos de gerenciamento de crises e de negociação de conflitos, abertura na criação de canais de diálogo com o governo e os grupos em conflito (processos de desapropriação de áreas rurais e urbanas, ocupações de prédios públicos,

manifestações de ruas, greves de policiais e violações de direitos humanos em órgãos públicos como cadeias e presídios).

A relação da polícia no contexto institucional do Conselho tem se pautado na promoção e na defesa da cidadania e no processo de formação e capacitação dos agentes públicos na área da segurança.

Resultados e discussão

A Extensão Universitária e Direitos Humanos com os órgãos de Segurança na Paraíba

Foi através de Cursos de Extensão sobre Direitos Humanos promovidos em parceria CEDDHC e a UFPB que foi iniciado a aproximação e o diálogo polêmico mas necessário entre os militantes de direitos humanos, os órgãos de segurança na Paraíba.

Os cursos de extensão e os seminários foram estratégias metodológicas que ao longo da trajetória do CEDDHC e da UFPB foram criados para introduzir a temática na área de segurança pública. Na equipe dos cursos são incorporados à equipe: militantes e dirigentes de direitos humanos, dirigentes públicos, representantes dos movimentos sociais e de ONGs. A construção dos cursos tem assegurado um perfil multidisciplinar e interdisciplinar, envolvendo cursos das ciências humanas, sociais aplicadas, da educação e jurídicas, de modo a analisar as questões sob diferentes abordagens teóricas e políticas, favorecendo ainda, o diálogo e o debate público entre militantes, dirigentes públicos e sociedade.

Entre os anos de 1992 à 1997 os conteúdos são dirigidos no sentido de construir uma cultura democrática no interior do sistema de segurança, justiça e cidadania. Nos anos de 1997 por outro lado é dado destaque a discussão sobre violência, paz nas escolas, policiamento comunitário. No caso da gestão em policiamento comunitário, de 1997 a 2002, foram treinadas cerca de 350 pessoas, em sua maioria policiais militares. O curso de gestão em policiamento comunitário em 1997 e 1998 foram realizados por dentro da polícia militar, só abrindo em 1999, 2000 e 2001 para a polícia civil, educadores das escolas e representante de comunidades da grande João Pessoa..

Em 1998 a parceria com o Centro de Ensino da Polícia Militar envolveu: disciplinas em direitos humanos e cidadania para soldados, sargentos e oficiais, monografias em direitos humanos, pesquisa e intervenção em comunidades, cursos de: formação de educadores em direitos humanos, minorias étnicas e sociais, violência contra a mulher, formação de agentes para o paz nas escolas, curso de formação de educadores em direitos humanos com docentes universitários e curso de especialização em direitos humanos. Em cada curso deste apontado é envolvido o mundo acadêmico com os agentes de segurança e a comunidade, reunindo teoria e prática, sociedade civil e Estado, saber vivencial e saber acadêmico.

A Polícia Militar além da introdução da disciplina direitos humanos nos cursos regulares de formação e aperfeiçoamento, tem realizado em parceria com o CEDDHC, a UFPB, a Cruz Vermelha e o Ministério da Justiça cursos complementares, como cursos de gerenciamento de crises, noções de abordagem, curso de integração dos princípios dos direitos humanos e do direito humanitário como treinamento e a prática policial militar, audiências com relatores da ONU, participação em conferências estaduais e oficinas de direitos humanos.

Relação das Atividades de Extensão em Direitos Humanos, Segurança e Justiça:

1994 – Curso de Extensão em Direitos Humanos - Comando da Polícia Militar - Local - OAB

1995 - Curso sobre Política, Democracia e Direitos Humanos - Local: OAB - Público: alunos do curso de especialização em Direitos Humanos, policiais militares e universitários

1996 - Palestra sobre Ouvidorias de Polícia - Promotor: CEDDHC - Local: OAB

1997 - Curso sobre Minorias Sociais e Étnicas, Cidadania e Ação Policial - Promotores: FUNAPE/PRAC/UFPB, CODEFAT, PMPB - Local: Centro de Ensino da Polícia Militar - Público: Policiais Militares

1997 - Curso sobre Policiamento Comunitário - Promotores: FUNAPE/PRAC/UFPB, CODEFAT, PMPB - Local : Centro de Ensino da Polícia Militar
Período: 11 a 12 de dezembro de 1997

1998 - Curso de Gestão em Policiamento Comunitário - Promotores: FUNAPE-UFPB, CODEFAT, PMPB - 150 horas - Período: 19 de outubro de 1998 a 07 de Janeiro de 1999 - Local: Centro de Ensino da Polícia Militar - Público: 50 policiais militares

Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Sargentos - Promotores: PMPB e UFPB

Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Abordagem - Promotores: PMPB e UFPB

Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Aperfeiçoamento de Policiais
Promotores: PMPB e UFPB

Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Formação de Oficiais da PMPB I, II e III - Promotores: PMPB e UFPB

Curso de Formação de Educadores em Direitos Humanos - Promotores: CEDDHC e UFPB - Local: Hotel Caiçara - Período: 14 a 16 de agosto de 1998

Seminário Aprendendo e Ensinando Direitos Humanos - Promotores: CEDDHC e UFPB - Local: Hotel Caiçara - Período: 19 a 20 de dezembro de 1998

1999 - Curso de Gestão em Policiamento Comunitário
Promotores: FUNAPE-UFPB, CODEFAT, PMPB - Local: Auditório do Sindicato dos Servidores da UFPB - Público: Educadores, Lideranças, policiais militares e civis e vigilantes universitários - Período: 25 de outubro a 16 de dezembro de 1999

Curso A Polícia Protetora dos Direitos Humanos - Promotores: PRAC/CDH/FUNAPE/UFPB e PMPB - Local: NAC - Período: 09 a 13 de novembro de 1999

Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Formação de Oficiais da PMPB I, II e III - Promotores: PMPB e UFPB

Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Aperfeiçoamento de Policiais
Promotores: PMPB e UFPB

Seminário Gestão em Policiamento Comunitário - Promotores: FUNAPE-UFPB, CODEFAT, PMPB - Local: Hotel Caiçara - Período: 20 a 22 de janeiro de 1999 - Participação das polícias de: Santa Catarina, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo, Bahia, Pernambuco e Paraíba

I Encontro Nacional de Conselhos de Direitos Humanos - Promoção: CEDDHC/UFPB - Local: Hotel Ouro Branco - Período: 16 a 18 de junho de 1999

I Encontro Nacional de Ouvidorias - Promoção: CEDDHC/UFPB - Local: Hotel Ouro Branco - Período: 16 a 18 de junho de 1999

2000 – Curso de Gestão em Policiamento Comunitário - Promotores: FUNAPE-UFPB, CODEFAT, PMPB - Local: Auditório do Centro de Ciências Humanas Letras e Artes - Público: Educadores, Lideranças, policiais militares e civis e vigilantes universitários

Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Formação de Oficiais da PMPB I, II e III - Promotores: PMPB e UFPB

Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Aperfeiçoamento de Policiais - Promotores: PMPB e UFPB

Seminário de Atualização do Programa Nacional de Direitos Humanos - Promoção: CEDDHC, UFPB e NEV - Local: Faculdade de Direito e Assembléia Legislativa - Período: 27 de julho de 2000

2001 – Curso de Gestão em Policiamento Comunitário - Promotores: FUNAPE-UFPB, CODEFAT, PMPB - Local: Auditório do Centro de Ensino Antônio Cabral – CPDAC – Conjunto Valentina de Figueiredo - Público: Educadores, Lideranças, policiais militares e civis e vigilantes universitários

Curso A Polícia Protetora dos Direitos Humanos - Promotores: PRAC/CDH/FUNAPE/UFPB e PMPB - Local: Patos - PB

Curso A Polícia Protetora de Direitos Humanos - Promotores: FUNAPE/UFPB – CDH – PRAC -Local: Academia de Polícia Civil:

Curso: Direitos Humanos e Cidadania - Promotores: Secretaria da Segurança Pública/UFPB - Local: Academia de Polícia Civil - Público: Policiais militares e civis

2002 - Curso A Polícia Protetora dos Direitos Humanos - Promotores: PRAC/CDH/FUNAPE/UFPB e PMPB - Local: Patos – PB

2003 - Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Aperfeiçoamento de Policiais - Promotores: PMPB e UFPB

Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Agentes e Escrivães - Promotores: SS/ACADEPOL

2004 - Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Aperfeiçoamento de Policiais - Promotores: PMPB e UFPB

Disciplina Direitos Humanos e Cidadania – Curso de Agentes e Escrivães
Promotores: SS/ACADEPOL

Cursos de Extensão e Eventos na área Penitenciária em Direitos Humanos realizados em parceria UFPB, o CEDDHC e a Secretaria da Cidadania e Justiça:

1995 - I Encontro Nacional sobre Ouvidorias e Órgãos de Cidadania - Promotor: CEDDHC - Local: OAB

1996 - Palestra sobre Ouvidorias de Polícia - Promotor: CEDDHC - Local: OAB

1997 - Projeto de Capacitação para o sistema Penitenciário da Paraíba – Cursos e oficinas produtivas para apenados - Promoção: Secretaria da Cidadania e Justiça, FUNAPE/PRAC/UFPB, CEDDHC e CODEFAT - Local: UFPB e presídios de João Pessoa e Campina Grande

Seminário Questão Penitenciária e Cidadania - Promoção: Secretaria da Cidadania e Justiça, FUNAPE/PRAC/UFPB, CEDDHC e CODEFAT - Local: UFPB

1998 - Projeto de Capacitação para o sistema Penitenciário da Paraíba – Cursos e oficinas produtivas, para apenados - Promoção: Secretaria da Cidadania e Justiça, FUNAPE/PRAC/UFPB, CEDDHC e CODEFAT - Local: Presídios de João Pessoa e Campina Grande

Curso de Análise Institucional em Presídios - Promoção: UFPB/FUNAPE/PRAC – Secretaria da Cidadania e Justiça - Local: Casa Civil e Tambaú Flat - Período: 17 de abril a 22 de dezembro de 1998

1999 - Curso de Qualificação para Agentes Penitenciários - Promotores: PRAC/CDH/FUNAPE/UFPB e PMPB - Local: Auditório da Secretaria da Cidadania e Justiça - Período: 14 de outubro a 02 de dezembro de 1999

Curso de Métodos e Técnicas de Trabalho do Assistente Social dos Presídios - Promoção: UFPB/FUNAPE/PRAC – Secretaria da Cidadania e Justiça - Local: Casa Civil - Período: 19 de abril a 07 de janeiro de 1999

Curso Cidadania e Assistência Jurídica para o Sistema Penitenciário - Promotores: UFPB/FUNAPE/PRAC – Secretaria da Cidadania e Justiça e CEDDHC

Curso de Direitos Humanos para Agentes Penitenciários
Promotores: FUNAPE/CEDDHC/PRAC, Secretaria da Cidadania e Justiça, CEDDHC e GAJOP - Local: Secretaria da Cidadania e Justiça - Período: 14 de outubro a 02 de dezembro de 1999

Curso de Atualização em Criminologia - Promoção: FUNAPE/PRAC/UFPB, Secretaria da Cidadania e Justiça - Local: Hotel Litoral - Período: 29 de novembro a 03 de dezembro de 1999

Conselho de Proteção à Vítimas e Testemunhas de Violência - Promotores: Secretaria da Cidadania e Justiça

2001 - Curso Direitos Humanos e Cidadania para os Técnicos do Programa Cidadania - Local: ESPEP - Período: 27 a 31 de agosto de 2001

Referências bibliográficas

CEDDHC. Relatório de Atividades. João Pessoa,1998 (mimeo)

CEDDHC. Relatório de Atividades. João Pessoa,1999 (mimeo)

CEDDHC. Regimento Interno do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos do Homem e do Cidadão. João Pessoa,1999 (mimeo)

Coordenação de Programas de Ação Comunitária. Relatório de Atividades – 1997/98. João pessoa:UFPB,1998 (mimeo)

Coordenação de Programas de Ação Comunitária. Relatório de Atividades – 1999. João pessoa:UFPB,1999 (mimeo)

Coordenação de Programas de Ação Comunitária. Relatório de Atividades – 2000. João pessoa:UFPB,2000 (mimeo)

Coordenação de Programas de Ação Comunitária. Relatório de Atividades – 2001. João pessoa:UFPB,2001 (mimeo)

HILTON, Cel. Direitos humanos uma perspectiva curricular na formação do policial militar da Paraíba. João Pessoa: Centro de Ciências Jurídica, 2001 (mimeo)

LYRA, Rubens Pinto (org). A nova esfera da cidadania. João Pessoa :Editora Universitária, 1996

UFPB, Resolução No. 25/90 – Cria a Comissão de Direitos do Homem e do Cidadão. João Pessoa, 1990 (mimeo)

UFPB, Resolução No. 39/99 – Aprova a sistemática de elaboração e de reformulação do projeto político pedagógico dos cursos de graduação. João Pessoa, 1999 (mimeo)

ZENAIDE, Maria de Nazaré Tavares. Relatório de Experiências em Direitos Humanos na Paraíba. João Pessoa: JB, 1999

_____. Formação em direitos humanos na universidade. João Pessoa: Editora Universitária, 2001